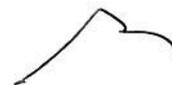


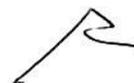
SANTANDER PENSÕES – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES
RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO 2017



Índice

Sumário Executivo	3
Órgãos Sociais em funções	4
Estrutura Acionista	5
Enquadramento Macroeconómico	5
Principais indicadores da atividade	14
Perspetivas para 2018	14
Factos relevantes	15
Factos relevantes após o termo do exercício	15
Proposta de aplicação de resultados	15
Nota Final	16





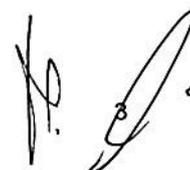
Sumário Executivo

A Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anónima, com sede em Lisboa, constituída por escritura pública de 6 de novembro de 1995.

A Sociedade tem por objeto social a administração, a gestão e a representação de Fundos de Pensões.

Em 2017, o mercado de Fundos de Pensões (FP) registou um acréscimo do volume sob gestão de 4,98%, passando de 18.389 milhões de euros em 2016 para 19.305 milhões de euros em 2017. A Santander Pensões tem 2 fundos sob gestão tendo permanecido na 7ª posição no mercado nacional de Fundos de Pensões com uma quota de 5,2%.

O montante gerido em Fundos de Pensões passou de 933 milhões de euros, no final de 2016 para 995 milhões de euros, no final de Dezembro de 2017. As comissões líquidas aumentaram cerca de 5,8% no mesmo período, em linha com o aumento do volume sob gestão em Fundos de Pensões. Por outro lado, o aumento de custos da sociedade acabou por se traduzir numa manutenção do resultado líquido.





Órgãos Sociais em funções

Mesa da Assembleia Geral – Mandato 2016/2018

Presidente António Terra da Motta

Secretário Raquel Garcia

Conselho de Administração – Mandato 2016/2018

Presidente Joaquim António Aires Mateus de Calça e Pina

Vogal José Manuel Neves

Vogal Eduardo Manuel de Oliveira Alves da Silva

Conselho Fiscal – Mandato 2016/2018

Presidente PKF & Associados, SROC, Lda.¹, representada por Paulo Jorge Macedo Gamboa

Vogal Rui Alexandre Estrelinha da Silva Glória

Vogal Salomé Martins Ventura da Silva Oliveira

Suplente José de Sousa Santos

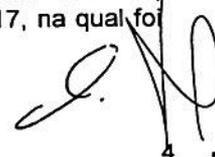
Revisor Oficial de Contas – Mandato 2016/2018

PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda.
representada por Aurélio Adriano Rangel Amaro

1 A representante da Presidência do Conselho Fiscal da Santander Pensões – Dra. Célia Custódio – remeteu carta manifestando a sua intenção de renúncia ao cargo. Foi iniciado processo de substituição - não se tratando de um afastamento da PKF, SROC, S.A., enquanto Presidente do Conselho Fiscal em exercício e como tal aprovada pela ASFI, o membro Suplente Dr. Paulo Gamboa substituiu a Dra. Célia Custódio, conforme deliberação de nomeação tomada em Assembleia geral de 19 de Dezembro de 2017, na qual foi nomeado ainda o novo membro Suplente.

Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Sede: Rua Rosa Araújo, n.º 2, 9º Piso - 1250-195 Lisboa Tel. +351 21 313 16 12 Fax +351 21 313 16 39





Estrutura Acionista

O capital social da sociedade encontra-se representado por 200.000 ações com um valor nominal de 5 euros cada, integralmente subscritas e realizadas pelo Banco Santander, S.A., sociedade anónima constituída ao abrigo da lei espanhola, com sede em Paseo de Pereda, números 9 a 12, 39004 Santander, inscrita no Registo Comercial de Cantábria, folha 286, folio 64, do Livro 5º de Sociedades e com o capital social integralmente subscrito de €7.291.170.350,50.

A aquisição da titularidade do capital da Sociedade por parte do novo acionista único ocorreu no ano de 2016, por efeitos de operação de fusão por incorporação, do Banco Santander, S.A. com a sua subsidiária integral Santander AM Holding SL, com sucessão universal do Banco no conjunto de direitos e obrigações existentes na esfera jurídica da referida Santander AM Holding SL.

Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

A economia mundial acelerou, em 2017, para o ritmo de crescimento mais forte desde o início da crise económica e financeira, em 2008, assim prolongando a recuperação cíclica iniciada em meados de 2016. Este maior dinamismo foi o resultado de um crescimento conjunto das economias desenvolvidas, que prolongam o ciclo favorável dos últimos anos, e das economias emergentes, com a correção em curso de desequilíbrios vários que tinham penalizado a atividade nos anos mais recentes.

Crescimento Económico Mundial

	2015	2016	2017
Mundo	3.4	3.2	3.7
Países Avançados	2.2	1.7	2.3
EUA	2.9	1.5	2.3
UEM	2.0	1.8	2.4
Reino Unido	2.2	1.9	1.7
Japão	1.1	0.9	1.8
Países em Desenvolvimento	4.3	4.4	4.7
África	3.4	1.4	2.7
Ásia	6.8	6.4	6.5
China	6.9	6.7	6.8
Europa de Leste	4.7	3.2	5.2
Médio Oriente	2.7	4.9	2.5
América Latina	0.1	-0.7	1.3
Brasil	-3.8	-3.5	1.1

Fonte: FMI (Janeiro de 2018)

A recuperação cíclica da economia mundial esteve bem patente na dinâmica do comércio internacional, que alimentou uma aceleração do investimento, em especial nas economias desenvolvidas, e no aumento da produção da indústria transformadora. A taxa de desemprego desceu, na generalidade das economias, contribuindo para a melhoria da confiança dos consumidores e alimentando uma recuperação da despesa de consumo.

Para esta recuperação contribuíram igualmente as condições financeiras favoráveis, com baixos níveis de taxas de juro, assim como baixos níveis de volatilidade, apesar de os bancos centrais das economias desenvolvidas estarem a iniciar o processo de remoção dos estímulos e políticas não-convencionais, implementados na última década. Esta reversão de políticas foi sempre acompanhada de uma estratégia de comunicação aos mercados visando mitigar os impactos adversos e perturbações que pudessem comprometer a confiança e a recuperação económica.

Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Sede: Rua Rosa Araújo, n.º 2, 9º Piso - 1250-195 Lisboa Tel. +351 21 313 16 12 Fax +351 21 313 16 39



Nos EUA, a economia evoluiu positivamente, acelerando face a 2016. O crescimento de 2,3% estimado para 2017 está alinhado com o crescimento potencial e marca o oitavo ano de expansão consecutivo, num ciclo económico particularmente longo.

Este crescimento foi particularmente explicado pela melhor dinâmica de investimento, que teve um contributo positivo, ao nível do investimento fixo, e um menor contributo negativo do lado da variação de existências. O contributo do consumo privado para o crescimento permaneceu basicamente inalterado, a taxa de desemprego desceu ligeiramente, para 4,4% em média anual (-50pb face a 2016).

No final de 2017, o Senado e Câmara dos Representantes chegaram a acordo para uma reforma fiscal, com uma descida generalizada dos impostos, em especial para as empresas, que pode produzir um importante estímulo para a atividade no ano de 2018, sobrepondo-se aos riscos associados à incerteza quanto à política comercial da Administração Trump.

A Reserva Federal dos EUA, ao longo do ano, manteve a sua política de remoção gradual dos estímulos, subindo a principal taxa de juro de referência por três vezes, em passos de 25pb, para o intervalo de 1,25%-1,50%, enquanto a sua indicação de atuação futura continuou a suportar expectativas de entre duas a três subidas, de igual dimensão, em 2018.

Em junho de 2017, a Reserva Federal detalhou o seu plano de remoção gradual dos estímulos, que tinha comunicado três meses antes: a partir de setembro, o banco central dos EUA deixou de reinvestir mensalmente um determinado montante em ativos, a iniciar em 10 mil milhões de dólares e aumentar gradualmente ao longo do tempo, até atingir 50 mil milhões mensais decorridos doze meses.

Na zona euro, o ano de 2017 foi de consolidação do crescimento económico, aprofundando e reforçando a recuperação iniciada em 2016. As taxas de crescimento foram mais homogêneas entre os diferentes países, destacando-se a recuperação em França e Itália, após a quase estagnação nos anos anteriores.

O pesado ciclo eleitoral europeu não penalizou o crescimento, apesar da incerteza existente no início do ano quanto à eventual ascensão de forças populistas ao poder em alguns países, em especial em França, mas a vitória de Emanuel Macron e a sua agenda europeísta e reformista tiveram um contributo positivo para a confiança. Na Alemanha, as eleições gerais de Setembro ditaram um Governo minoritário de Angela Merkel (sendo que no final de fevereiro de 2018 se tenta formalizar um Governo de coligação entre a CDU/CSU e o SPD).

Em Espanha, o crescimento abrandou, numa consolidação da recuperação, mas também devido à instabilidade causada pelo processo independentista na Catalunha, que conduziu inclusive à mudança de sede social (e tributária) por muitas das empresas que tinham a sua sede na Catalunha. Ainda assim, Espanha terá crescido acima de 3% em 2017.

2017	PIB	Inflação
UEM	2.4	1.5
Alemanha	2.2	1.7
França	1.8	1.2
Espanha	3.1	2.0
Itália	1.5	1.3

Fonte: CE (janeiro 2018)

Fruto da dinâmica de crescimento, o Banco Central Europeu reavaliou a sua política monetária, em especial as medidas não convencionais. Deixou inalteradas as taxas de juro de referência mas, em março de 2017 reduziu o volume de aquisição de ativos financeiros, em 20 mil milhões de euros mensais, para 60 mil milhões. Já em dezembro, o BCE comunicou que, com efeitos a partir de janeiro de 2018, o volume de aquisição de ativos seria reduzido em metade, para 30 mil milhões de euros mensais, e que o programa terminaria, salvo situações que requeiram medidas excecionais, em setembro de 2018. Posteriormente, o BCE substituirá as



emissões de dívida em carteira que vençam, por novas aquisições, assim mantendo inalterado o volume total de ativos adquiridos.

No Reino Unido, o processo do Brexit prosseguiu, mas num quadro político mais difícil, após as eleições antecipadas de 8 de junho terem resultado numa perda da maioria absoluta do Governo conservador na Câmara dos Comuns. A erosão de poder político refletiu-se numa menor capacidade negocial com os restantes 27 estados-membro da União Europeia, após a ativação do artigo 50.º do Tratado de Lisboa, em março. No término da primeira fase negocial, quanto aos termos do “divórcio”, o Reino Unido cedeu em alguns pontos-chave, como a fronteira com a República da Irlanda ou os direitos dos cidadãos europeus que residem no Reino Unido. A data de efetivação do Brexit foi fixada nas 23 horas do dia 29 de março de 2019. Os “27” acordaram que o período de transição terminará a 31 de dezembro de 2020, sendo que o Reino Unido pretendia um período mais extenso.

A economia britânica continuou a desacelerar, ainda que de forma gradual, e “contrariando” alguns cenários que colocavam a possibilidade de uma recessão no imediato. A depreciação da libra, associada aos baixos níveis de desemprego, contribuiu para que a inflação ultrapassasse a barreira de 3%, pelo que o Banco de Inglaterra subiu a principal taxa de referência, pela primeira vez desde julho de 2007, para 0,5% (+25pb).

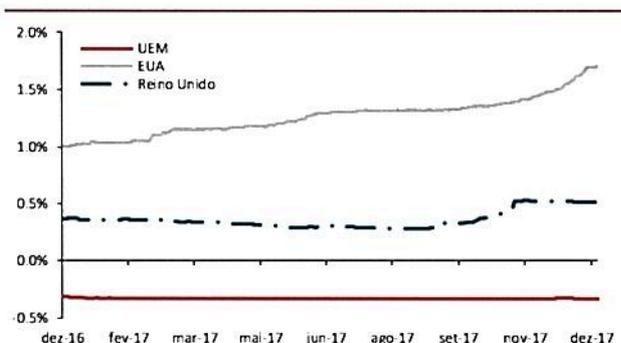
Nas economias emergentes, o ano foi igualmente caracterizado pela recuperação da atividade económica. Na China, que nos últimos anos tem estado sob especial escrutínio e sido foco de alguma incerteza, as medidas adotadas pelas autoridades permitiram uma estabilização do crescimento. Em 2017, o PIB terá crescido 6,8%, mas os temas de desaceleração estrutural da atividade permanecem, também com a alteração do modelo de crescimento.

Na América Latina, a atividade evoluiu também de forma mais favorável, saindo da situação recessiva que caracterizou os últimos anos, em grande medida devido à recuperação observada no Brasil que, em 2017, terá crescido em redor de 1%, após a contração acumulada de aproximadamente 8% nos dois anos anteriores. No México, a incerteza associada à evolução da relação comercial com os EUA e o futuro da NAFTA, contribuiu para uma moderação do crescimento.

Os mercados financeiros evidenciaram uma relativa acalmia, patente nos reduzidos níveis de volatilidade e nos baixos níveis de taxas de juro, apesar da reversão que se inicia no ciclo monetário, com os bancos centrais a subir taxas de juro de referência e a reduzir ou mesmo reverter os volumes de liquidez injetados no mercado.

As taxas de juro de curto prazo, nos EUA e no Reino Unido, refletiram as alterações de taxas de referência pelos respetivos bancos centrais, subindo, em especial nos EUA, onde a Reserva Federal mantém a orientação de subida. A divergência com a dinâmica de taxas na zona euro ampliou-se, na medida em que o BCE, apesar de reduzir os volumes de aquisição de ativos, continua a sinalizar que poderá agir se, e quando, necessário.

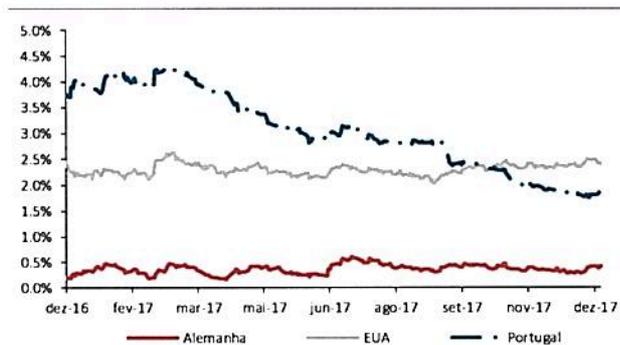
Taxas de Juro 3 Meses



Fonte: Bloomberg



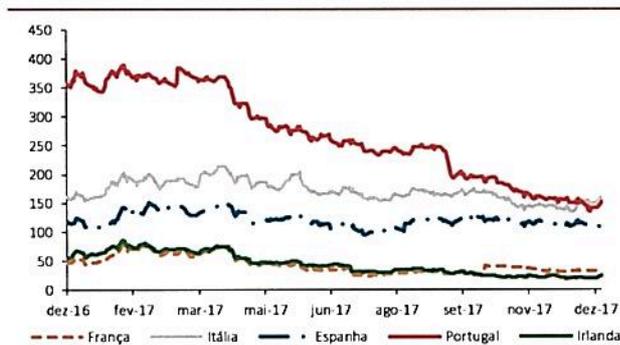
O movimento de repricing das taxas de juro de longo prazo, que já se tinha iniciado no ano transato, prosseguiu, embora de forma diferenciada. Nos EUA, as taxas de juro a 10 anos consolidaram em redor de 2,5%, refletindo expectativas de que o ciclo de subida das taxas de referência será gradual, num contexto de inflação controlada. Na Alemanha, as yields consolidaram em níveis positivos, embora abaixo de 0,5%, após terem estado em terreno negativo durante parte do ano de 2016.

Taxas de Juro 10 Anos


Fonte: Bloomberg

O melhor enquadramento económico na Europa suportou a correção dos desequilíbrios orçamentais, com a generalidade dos países a reduzir os défices e a estabilizar ou mesmo descer o rácio da dívida pública face ao PIB.

Em Portugal, as yields a 10 anos desceram, de forma sustentada ao longo do ano, até cerca de 2%. O mais sólido crescimento económico e o compromisso com as metas orçamentais materializaram-se na melhoria do rating atribuído à República pelas agências S&P e Fitch, para níveis de investment grade.

Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)


Fonte: Bloomberg

Neste enquadramento, e na zona euro, os spreads face à Alemanha estreitaram de forma generalizada, mas com especial destaque para o da dívida pública portuguesa, que se reduziu de quase 400pb no início do ano para 150pb no final de 2017, chegando mesmo a situar-se abaixo do spread da dívida italiana.

No mercado cambial, a principal dinâmica caracterizou-se pela apreciação do euro face à generalidade das divisas. Apesar das diferenças de política monetária e de taxas de juro de referência, o euro apreciou cerca de 15% face ao dólar norte-americano. Contrariando a política anterior, a Administração Trump por várias vezes referiu que um dólar mais fraco era do interesse da economia norte-americana.



A libra esterlina registou uma depreciação mais moderada, até porque um movimento mais forte já se tinha registado em 2016, após o referendo do Brexit. Face ao dólar, a libra reverteu parte da depreciação registada em 2016.

Principais Taxas de Câmbio
(Dez-2016 = 100)

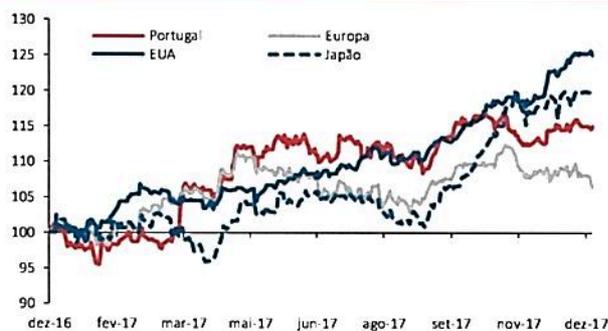


Fonte: BCE

A generalidade dos mercados acionistas registou uma valorização no ano de 2017, num movimento que se reforçou a partir do segundo trimestre, quando os dados de crescimento económico reforçaram as expectativas de que a recuperação era sustentada.

Nos EUA, os mercados acionistas valorizaram de forma continuada, mas reforçaram a tendência após o verão, não só com a consolidação do crescimento, mas sobretudo pela aprovação da reforma fiscal pelo Congresso, com uma descida da carga fiscal sobre as empresas.

Mercados Acionistas
(Dez-16 = 100)



Fonte: Bloomberg

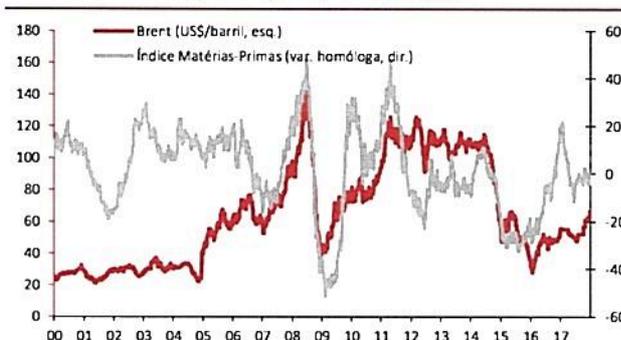
Na Europa, a recuperação dos mercados acionistas foi mais tímida, pontualmente afetada pelos processos eleitorais em países de relevo, como a Holanda, a França e a Alemanha. No final do ano, regressou um sentimento de alguma incerteza, devido aos desenvolvimentos políticos na Catalunha e às expectativas de eleições antecipadas em Itália.

Em Portugal, o principal Índice PSI-20 registou uma valorização de cerca de 15%, com a generalidade das cotadas a evoluir positivamente, embora algumas empresas tenham refletido sobretudo temas de reorganização da estrutura acionista. O melhor momento macroeconómico, do ponto de vista de crescimento e de correção dos principais desequilíbrios, e a melhoria da notação de risco da República, para investment grade, contribuíram para esta evolução.





Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e Índice de matérias-primas (variação homóloga)



Fonte: Bloomberg

O preço do petróleo valorizou cerca de 19%, para 66 dólares por barril, no final do ano, para os níveis mais elevados desde 2015. As perspetivas de forte procura, os acordos entre a OPEP e outros produtores para a redução da produção e a instabilidade geopolítica sentida na região do Médio Oriente contribuíram para esta valorização.

Uma dinâmica similar foi registada para as demais matérias-primas, desde os metais de base até, embora em menor escala, aos cereais.

O ouro, apesar dos baixos níveis de volatilidade, manteve o seu papel de ativo de refúgio, em parte no quadro de instabilidade na península da Coreia, tendo atingido um máximo de 1.360 dólares no verão, para terminar o ano em redor de 1.330 dólares por onça.

Economia Portuguesa

A melhoria da conjuntura económica internacional, entre 2015 e 2017, potenciou uma recuperação mais rápida da economia portuguesa, suportada pelo crescimento das exportações, reflexo da capacidade das empresas portuguesas em reorientarem os seus produtos e serviços para um mercado externo mais diversificado.

Dados Macroeconómicos

	2015	2016	2017
PIB	1.8	1.6	2.7
Consumo Privado	2.3	2.1	2.2
Consumo Público	1.3	0.6	0.1
Investimento	6.4	0.8	8.4
Exportações	6.1	4.4	7.9
Importações	8.5	4.2	7.9
Inflação média	0.5	0.6	1.4
Desemprego	12.4	11.1	8.9
Saldo Orçamental (% do PIB)	-3.1	-2.4	-1.1
Dívida pública (% do PIB)	128.8	130.1	126.2
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	1.3	1.6	1.4

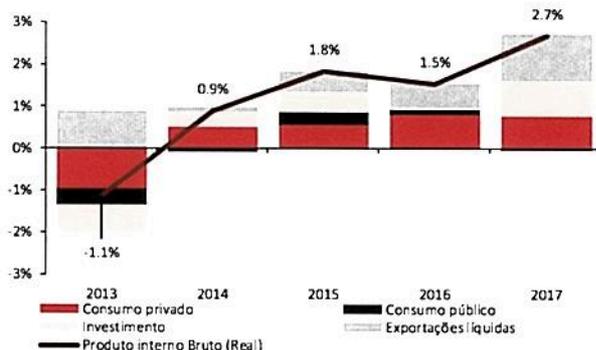
Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças





Em 2017, a economia portuguesa terá crescido cerca de 2,7%, com as exportações a crescerem 7,9% e a serem o principal motor de crescimento com uma contribuição de 3,3pp para o crescimento total. O segundo motor foi a formação bruta de capital fixo (FBCF), que cresceu 8,4%, com todas as suas componentes a registarem crescimentos positivos, em especial o investimento em transportes (+19%), máquinas e equipamentos (+14%) e construção (+8%). A FBCF contribuiu 1,6pp para o crescimento total da economia. O terceiro motor foi o consumo privado, que cresceu 2,2%, suportado em particular pela aquisição de bens duradouros (+5,9%).

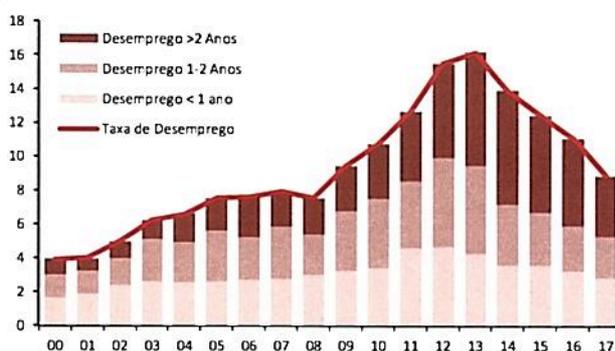
Contributos para o Crescimento do PIB (tvh)



Fonte: INE

O mercado de trabalho continuou a melhorar ao longo do ano de 2017, com a taxa de emprego efetiva (contratos permanentes) a rondar os 60% da população ativa em 2017. Em 2017, foram criados +161,3 mil postos de trabalho. A taxa de desemprego reduziu-se para 8,1% no quarto trimestre, o nível mais baixo desde 2009, enquanto em média anual a taxa se reduziu para 8,9%.

Taxa de Desemprego (%)



Fonte: INE

Apesar da melhoria da atividade económica e do mercado de trabalho, no terceiro trimestre de 2017, a taxa de poupança das famílias diminuiu para 4,4% do rendimento disponível bruto, fruto de um crescimento mais pronunciado do consumo (+3,4%) face a um crescimento mais moderado do rendimento disponível (1,7%), em termos homólogos.

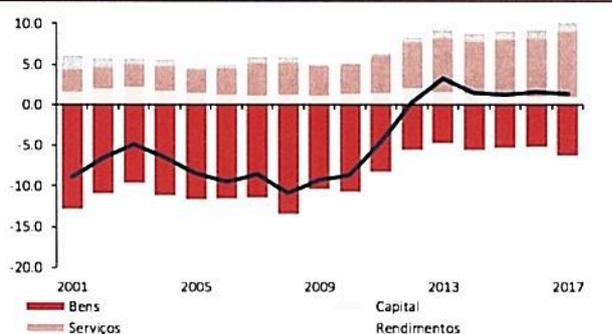




Resultado da melhoria da competitividade das empresas exportadoras portuguesas, verificou-se um aumento sustentado do peso das exportações no PIB, com estas a pesarem 43% do PIB em 2017 (em termos nominais), enquanto em 2008 representavam 27%. Consequentemente, a balança comercial passou de défices recorrentes médios anuais de 8% do PIB, para excedentes comerciais de 2% do PIB, desde 2013. Em 2017, a balança comercial situou-se em 1,5% do PIB nominal.

Merece destacar o aumento das exportações de bens, contribuindo para a redução efetiva da posição deficitária em 8,8pp do PIB, nos últimos 8 anos (ou seja, passando de um défice de 15,3% em 2008 para 6,5% em 2017). Na origem desta melhoria expressiva esteve o aumento das exportações de metais e máquinas que, no seu conjunto representam 34% do total das exportações de bens.

**Balança Corrente e de Capital
(% PIB)**



Forte: Banco de Portugal, INE

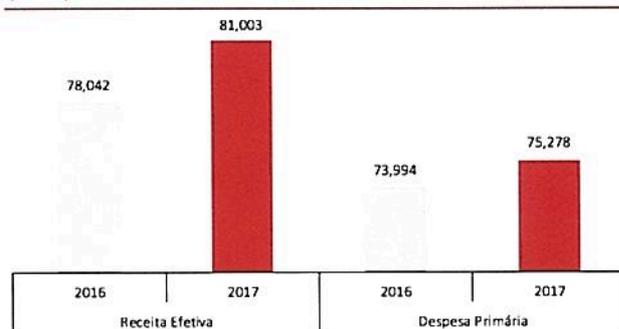
As exportações de serviços continuam a reforçar a sua posição excedentária, com o turismo a contribuir em +5pp do PIB, de um saldo total de +7pp, em 2017. Atualmente, as exportações de turismo pesam 7% do PIB.

O elevado endividamento da economia (338% do PIB nominal no quarto trimestre de 2017) é ainda uma restrição ao crescimento económico, com especial incidência sobre o investimento, bem como continua a ser o maior fator de risco no médio prazo. Apesar do processo de desalavancagem, no quarto trimestre de 2017, o sector privado registou um rácio de endividamento de 212% do PIB, dos quais, 74% são das famílias (53% em crédito habitação e 21% crédito ao consumo) e 138% é das empresas não financeiras. O sector público registou um rácio de endividamento 126,2% do PIB, descendo de forma pronunciada no final do ano, com a amortização antecipada de uma parte significativa dos empréstimos ao FMI.

A evolução das finanças públicas, em 2017, registou um défice orçamental de 1,1% do PIB, melhor do que o inicialmente previsto no orçamento de Estado para 2017 (1,4%), fruto do crescimento superior ao esperado das receitas totais (+4,9%), em particular, das fiscais indiretas (+6%) e do aumento das contribuições sociais (+4%), associado a uma despesa pública com um crescimento +3,5%.

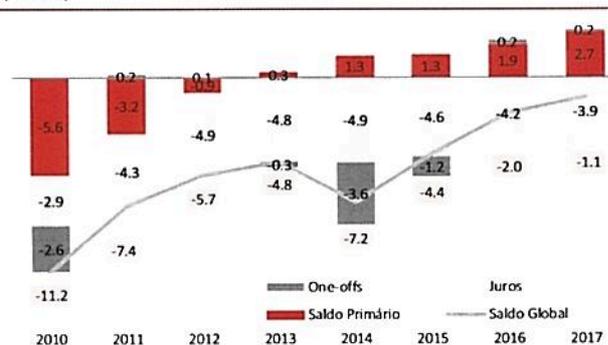
A queda mais acentuada do custo com o serviço da dívida pública (-2,5%) limitou um crescimento mais acentuado da despesa pública. O orçamento de Estado para 2018 prevê um défice orçamental das administrações de públicas de 1.0% do PIB.




**Receita Efetiva e Despesa Primária
(€ mn)**


Fonte: Ministério das Finanças

As taxas de juro da dívida da República Portuguesa continuam a registar níveis mínimos, fruto da redução da perceção do risco soberano por parte dos investidores, alavancada pela boa performance económica e pela evolução das contas públicas, e que se materializou na melhoria da notação de rating da República para "BBB-", já em investment grade, pela Standard and Poors, em setembro, e, em dezembro de 2017, para "BBB" pela Fitch. Em janeiro de 2018, a taxa de juro a 10 anos cotava em níveis abaixo dos 2,0%, e o diferencial face à dívida alemã era inferior a 150pb (e inferior ao correspondente spread da dívida italiana).

**Défice Orçamental
(% PIB)**


Fonte: Ministério das Finanças

Em 2017, o Tesouro manteve o regular acesso aos mercados financeiros internacionais, e continuou focado na diversificação das fontes de financiamento, em especial no segmento de retalho. Em 2017, foram colocados cerca de 7 mil milhões de euros em produtos de aforro para as famílias, repartidos entre OTRV e Certificados de Poupança. No final do ano, o Tesouro ajustou as condições de remuneração dos produtos de aforro às yields da dívida pública, traduzindo-se numa descida das taxas de juro.

Esta captação da poupança das famílias não teve impacto visível sobre os volumes de depósitos de particulares junto do sistema financeiro nacional, na medida em que permaneceram quase inalterados face a 2016.

O setor financeiro português, em 2017, prosseguiu os vários processos de reestruturação. O banco público concluiu a recapitalização acordada com as autoridades europeias, e, em outubro, o Fundo de Resolução concluiu a venda do Novo Banco ao fundo LoneStar, embora mantendo uma participação de 25% no capital. Já no final do ano, e na sequência da medida de resolução aplicada ao Banco Popular Español (que foi



adquirido pelo Banco Santander), o Banco Santander Totta adquiriu e incorporou por fusão o Banco Popular Portugal.

A dinâmica dos agregados de crédito continuou a ser caracterizada pela desalavancagem, em grande medida associada à gestão dos ativos não produtivos que os bancos detêm em balanço. Entre dezembro de 2016 e setembro de 2017, de acordo com os dados do Banco de Portugal, o stock de empréstimos non-performing reduziu-se em 6,5 mil milhões de euros.

Esta evolução anulou os efeitos de incremento da nova produção de crédito aos particulares (mais quase 3 mil milhões de euros, em grande medida no crédito hipotecário), já que a nova produção de crédito a empresas registou uma redução de 3,3% no ano.

Principais indicadores da atividade

	2017	2016
Balanzo:		
Ativo	5 730 702	5 562 475
Capital Próprio	4 149 311	4 146 234
Demonstração de Resultados:		
Margem financeira	710	4 219
Serviços e comissões	440 797	416 744
Outros resultados	(30 308)	(8 246)
Produto bancário	411 198	412 717
Custos Operacionais	(362 396)	(390 615)
Amortizações e provisões	0	(9 966)
Impostos	(45 725)	(11 795)
Resultado Líquido do Exercício	3 078	340
Volume sob gestão	995 359 066	933 159 298
Rentabilidade do Capital Próprio (RO)	0,07%	0,01%
Rentabilidade do Ativo (ROA)	0,05%	0,01%
Cost to Income	88,13%	94,64%

O total de volume gerido de Fundos de Pensões passou de € 933.159.298, no final de 2016 para €995.359.066, no final de Dezembro de 2017, as comissões líquidas aumentaram cerca de 5,8% no mesmo período. Por outro lado, o aumento de custos da sociedade acabou por se traduzir numa manutenção do resultado líquido.

Perspetivas para 2018

Para 2018, a Santander Pensões continuará o trabalho desenvolvido nos últimos anos, nomeadamente, no enfoque na gestão de Fundos de Pensões do Grupo Santander, sendo expectável que o volume sob gestão venha a aumentar no decurso do ano 2018, em resultado da transferência para a Santander Pensões da gestão dos Fundos de Pensões do ex-Banif e do Fundo de Pensões ex-Popular, e após as devidas aprovações regulatórias.



Factos relevantes

No decurso do ano de 2013, deu-se uma alteração na estrutura acionista da Santander Pensões em virtude da qual, a totalidade do capital social desta sociedade passou a ser detido pela Santander AM Holding, S.L.

Aquando da referida operação, foi desenhado, e, aliás, apresentado junto dos vários reguladores em Portugal, um conjunto de objetivos e projeções financeiras para os ulteriores exercícios da Santander Pensões.

É expectável que no decurso do ano de 2018 exista um alinhamento dos negócios de gestão de ativos em Portugal com o modelo adotado noutras geografias em que o Grupo Santander está presente.

Assim, está previsto que durante o ano de 2018 possa existir uma alteração da estrutura acionista da Santander Pensões, mantendo-se no entanto dentro do perímetro do Grupo Santander. Estas alterações estão sujeitas, nos casos aplicáveis, à aprovação prévia pelas Entidades de Regulação.

Factos relevantes após o termo do exercício

Não é do conhecimento da Administração que tenham ocorrido factos relevantes após 31 de Dezembro de 2017 que tenham impacto nas Demonstrações Financeiras da Sociedade.

Proposta de aplicação de resultados

Não havendo necessidade de reforço de reservas legais o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido do exercício, no montante de 3.077,59 €, tenha a seguinte aplicação:

Resultados Transitados: 3.077,59 €





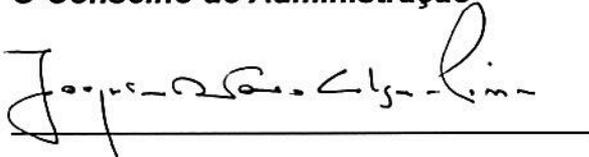
Nota Final

O Conselho de Administração quer reconhecer e agradecer a todos os que contribuíram direta ou indiretamente para os resultados obtidos, nomeadamente:

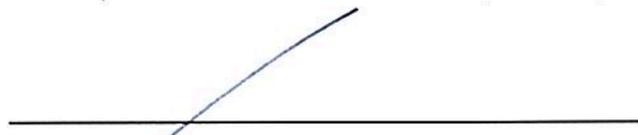
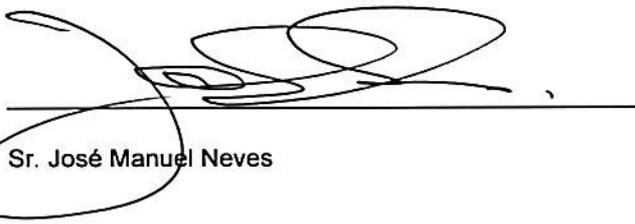
- À Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e à APFIPP, pelo apoio prestado ao longo do exercício.
- Aos colaboradores da empresa pela sua dedicação e esforço.
- Aos associados, pelo empenho no acompanhamento da evolução da Sociedade e pela confiança que nela depositaram.
- Aos órgãos sociais da empresa, revisores oficiais de contas, auditores externos, pela forma interessada como sempre cumpriram as suas funções.

Lisboa, 26 de Março de 2018

O Conselho de Administração



Dr. Joaquim António Aires Mateus De Calça E Pina (Presidente)


Eng. Eduardo Manuel de Oliveira Alves da Silva
Sr. José Manuel Neves

SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em Euros)

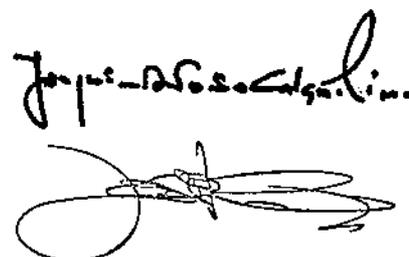
ATIVO	Notas	31-12-2017	31-12-2016
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	7	-	-
Ativos intangíveis	8	-	-
Total do ativo não corrente		<u>-</u>	<u>-</u>
ATIVO CORRENTE:			
Outros ativos financeiros	9	3.500.437	3.500.437
Estado e outros entes públicos	18	4.779	10.407
Outras contas a receber	10	433.770	406.975
Caixa e depósitos bancários	4	1.791.716	1.644.656
Total do ativo corrente		<u>5.730.702</u>	<u>5.562.475</u>
Total do ativo		<u><u>5.730.702</u></u>	<u><u>5.562.475</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	12	1.000.000	1.000.000
Reservas legais	12	200.000	200.000
Outras reservas		187.417	187.417
Resultados transitados	12	2.758.816	2.758.476
		<u>4.146.233</u>	<u>4.145.893</u>
Resultado líquido do exercício		3.078	340
Total do capital próprio		<u>4.149.311</u>	<u>4.146.233</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões		9.966	9.966
Total do passivo não corrente		<u>9.966</u>	<u>9.966</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Estado e outros entes públicos	18	45.725	11.795
Diferimentos	11	1.518.759	1.394.481
Fornecedores		6.941	-
Total do passivo corrente		<u>1.571.425</u>	<u>1.406.276</u>
Total do passivo		<u>1.581.391</u>	<u>1.416.242</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u><u>5.730.702</u></u>	<u><u>5.562.475</u></u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em Euros)

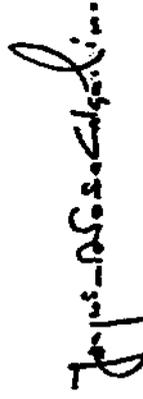
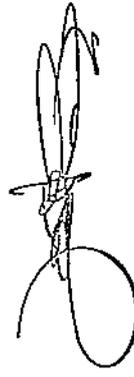
	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldos em 31-12-2015	1.000.000	200.000	187.417	2.736.369	22.107	4.145.893
Aplicação do resultado de 2015	-	-	-	22.107	(22.107)	-
Resultado líquido do exercício de 2016	-	-	-	-	340	340
Saldos em 31-12-2016	<u>1.000.000</u>	<u>200.000</u>	<u>187.417</u>	<u>2.758.476</u>	<u>340</u>	<u>4.146.233</u>
Aplicação do resultado de 2016	-	-	-	340	(340)	-
Resultado líquido do exercício de 2017	-	-	-	-	3.078	3.078
Saldos em 31-12-2017	<u>1.000.000</u>	<u>200.000</u>	<u>187.417</u>	<u>2.758.816</u>	<u>3.078</u>	<u>4.149.311</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA O EXERCÍCIO

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em Euros)

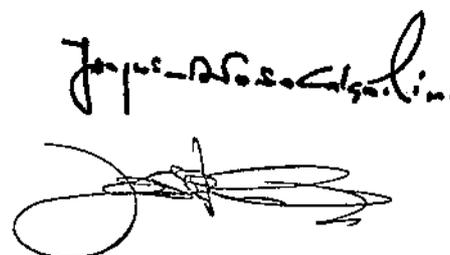
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2017	2016
Serviços prestados	13	1.700.903	1.621.657
Fornecimentos e serviços externos	14	(1.334.754)	(1.288.207)
Gastos com o pessoal	15	(287.748)	(307.322)
Provisões (Aumentos / reduções)		-	(9.966)
Outros rendimentos		-	1.430
Outros gastos	16	(30.308)	(9.676)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		48.093	7.916
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		48.093	7.916
Juros e rendimentos similares obtidos	17	710	4.219
Resultado antes de impostos		48.803	12.135
Imposto sobre o rendimento do exercício	18	(45.725)	(11.795)
Resultado líquido do exercício		3.078	340
Resultado por acção básico	19	0,02	0,00

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em Euros)

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	1 674 107	1 627 616
Pagamentos a fornecedores	-1 248 598	-1 392 982
Pagamentos ao pessoal	-242 685	-249 003
Caixa gerada pelas operações	182 824	-14 369
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento	-28 424	169 451
Outros recebimentos / (pagamentos)	-8 050	-6 470
Fluxos das atividades operacionais [1]	146 350	148 611
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Outros depósitos bancários	-3 500 000	-3 500 000
Recebimentos provenientes de:		
Outros depósitos bancários	3 500 000	3 500 000
Juros e rendimentos similares	710	11 653
Fluxos das atividades de investimento [2]	710	11 653
Variação de caixa e seus equivalentes [3]=[1]+[2]	147 060	160 264
Efeito das diferenças de câmbio	0	0
Caixa e seus equivalentes no início do exercício (Nota 4)	1 644 656	1 484 392
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício (Nota 4)	1 791 716	1 644 656

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. ("Sociedade") é uma sociedade anónima, com sede em Lisboa, constituída por escritura pública de 6 de novembro de 1995.

A Sociedade tem por objeto social a administração, a gestão e a representação de Fundos de Pensões.

Durante o exercício de 2013, a Sociedade foi alienada pela Santander Gestão de Ativos, S.G.P.S., S.A. à Santander AM Holding, S.L., uma empresa do Grupo Santander.

Em 28 de dezembro de 2016, ocorreu a fusão por incorporação no Banco Santander S.A da Santander AM Holding, S.L.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Sociedade era responsável pela gestão dos seguintes Fundos de Pensões:

	Valor patrimonial	
	31-12-2017	31-12-2016
<u>Fundos de pensões fechados:</u>		
Fundo de Pensões Banco Santander Totta, S.A. (BST)	994.607.971	932.464.553
<u>Fundos de pensões abertos:</u>		
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	751.095	694.745
	<u>995.359.066</u>	<u>933.159.298</u>

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração 26 de março de 2018 mas estão ainda pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas convocada para o dia 27 de março de 2018. No entanto, o Conselho de Administração da Sociedade estima que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e os seus fluxos de caixa.

As notas que se seguem respeitam os requisitos de divulgação definidos no Sistema de Normalização Contabilística ("SNC").

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições legais em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e respetivas Normas Interpretativas aplicáveis em 31 de dezembro de 2017.



3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos mantidos pela Sociedade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e respetivas Normas Interpretativas aplicáveis à data da elaboração das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos encontram-se classificados como correntes ou não correntes. Classificam-se como ativos/passivos correntes, os montantes que se espera venham a ser recuperados ou liquidados num período até doze meses após a data do balanço. Classificam-se como ativos/passivos não correntes, os montantes que se espera venham a ser recuperados ou liquidados num período superior a doze meses após a data do balanço.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes em função do período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os ativos fixos tangíveis encontravam-se totalmente amortizados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no exercício em que são incorridas.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis da Sociedade respeitam a *software* e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os ativos intangíveis encontravam-se totalmente amortizados.

3.4. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionem com itens registados diretamente no capital próprio, sendo nestes casos igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável pode diferir do resultado contabilístico, uma vez que pode excluir diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios futuros, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. No entanto, tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estejam em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Sociedade tenha um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a Sociedade tenha a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.5. Instrumentos financeiros

A Sociedade optou por aplicar as Normas IAS 32 – “Instrumentos Financeiros: Apresentação”, IAS 39 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração” e IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros: Divulgação de Informações” ao abrigo do parágrafo 2 da NCRF 27 – “Instrumentos Financeiros”. Neste sentido, as políticas contabilísticas adotadas pela Sociedade no registo e valorização dos seus instrumentos financeiros detalham-se como segue:

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Sociedade se torna parte das correspondentes disposições contratuais e correspondem a:

(i) Outras contas a receber

As outras contas a receber encontram-se registadas no ativo ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. As perdas por imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável e são reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício em que são estimadas.

(ii) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes na demonstração dos fluxos de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento inferior a 3 meses, para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Caixa e seus equivalentes e os outros depósitos bancários encontram-se registados no ativo ao custo amortizado.

(iii) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores encontram-se registadas no passivo ao custo amortizado, o qual geralmente não difere do seu valor nominal.

3.6. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento do serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições estejam satisfeitas:

- O montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade;
- Seja provável que benefícios económicos futuros associados à prestação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento do serviço à data de relato possa ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método da taxa de juro efetiva desde que seja provável que benefícios económicos futuros fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

Comissões de gestão

Os serviços prestados pela Sociedade aos Fundos que administra são remunerados sob a forma de uma comissão de gestão, a qual é registada na rubrica "Serviços prestados" da demonstração dos resultados. Esta comissão é faturada trimestralmente e calculada pela aplicação de uma taxa definida nos respetivos regulamentos de gestão dos Fundos sobre o valor médio mensal dos fundos.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as taxas anuais de comissão de gestão em vigor na Sociedade relativas aos Fundos de Pensões por si geridos são as seguintes:

Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	0,21%
Fundo de Pensões BST	0,18%

3.7. Especialização de exercícios

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas nas rubricas de Diferimentos (Nota 11).



3.8. Rubricas extrapatrimoniais

Nestas rubricas é registado o valor patrimonial dos Fundos de Pensões geridos pela Sociedade (Nota 1).

3.9. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data de balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que tenham ocorrido após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.10. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras a Sociedade efetuou estimativas e utilizou pressupostos que afetam as quantias relatadas dos ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos fatores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

A utilização de estimativas e pressupostos resume-se essencialmente à seguinte área significativa:

Impostos sobre os lucros

Os impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, são determinados pela Sociedade com base em regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor, ou em legislação já publicada para aplicação futura.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos no pressuposto de existirem resultados e matéria coletável no futuro. Eventuais alterações futuras na legislação fiscal podem influenciar as quantias expressas nas demonstrações financeiras relativas a impostos diferidos ativos e passivos.

Da mesma forma, diferentes interpretações da legislação fiscal podem ter impacto sobre os impostos estimados, correntes e diferidos. Nestes casos os valores registados resultam do melhor entendimento da gestão da Sociedade sobre o correto enquadramento fiscal das suas operações.



4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, o saldo de caixa e seus equivalentes inclui depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (Nota 3.5 (ii)) e detalha-se como segue:

	<u>31-12-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis: Banco Santander Totta, S.A.	<u>1.791.716</u>	<u>1.644.656</u>

Os depósitos à ordem encontram-se expressos em euros.

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

No exercício de 2017 não existiu qualquer alteração nas políticas contabilísticas e nas estimativas. Não existe nenhum erro a reportar em 31 de dezembro de 2017.

6. PARTES RELACIONADAS

6.1. Identificação de partes relacionadas

A Sociedade é integralmente detida pelo Banco Santander, S.A., pelo que as partes relacionados correspondem às empresas do Grupo Santander.

6.2. Membros do Conselho de Administração da Sociedade

Em 31 de dezembro de 2017, os membros do Conselho de Administração da Sociedade são:

- (i) Dr. Joaquim António Aires Mateus de Calça e Pina;
- (ii) Sr. José Manuel Neves;
- (iii) Eng. Eduardo Manuel de Oliveira Alves da Silva.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os custos suportados relativamente à remuneração e outros benefícios de curto prazo atribuídos aos membros do Conselho de Administração da Sociedade ascenderam a 239.305 euros e 252.883 euros, respetivamente (Nota 15).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Montantes expressos em euros)**6.3. Saldos e transações com partes relacionadas**

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Sociedade apresentava os seguintes saldos e transações com partes relacionadas:

	31-12-2017					Total
	Banco Santander Totta	Fundo de Pensões BST	Fundo de Pensões ARE	Santander Asset Management	Santander Tecnologia y Operaciones	
Ativo						
Caixa e depósitos bancários (Nota 4)	1.791.716	-	-	-	-	1.791.716
Outros ativos financeiros (Nota 9)	3.500.437	-	-	-	-	3.500.437
Outras contas a receber (Nota 10)	-	433.388	382	-	-	433.770
	5.292.153	433.388	382	-	-	5.725.923
Passivo						
Diferimentos (Nota 11)	-	-	-	1.267.053	-	1.267.053
Rendimentos e gastos						
Serviços prestados (Nota 13)	-	1.699.425	1.478	-	-	1.700.903
Fornecimentos e serviços externos (Nota 14)	-	-	-	(1.260.106)	(31.600)	(1.291.706)
Gastos com o Pessoal (Nota 15)	(192.428)	-	-	(95.320)	-	(287.748)
Juros de depósitos a prazo (Nota 17)	710	-	-	-	-	710
	(191.718)	1.699.425	1.478	(1.355.426)	(31.600)	122.159

	31-12-2016					Total
	Banco Santander Totta	Fundo de Pensões BST	Fundo de Pensões ARE	Santander Asset Management	Santander Tecnologia y Operaciones	
Ativo						
Caixa e depósitos bancários (Nota 4)	1.644.656	-	-	-	-	1.644.656
Outros ativos financeiros (Nota 9)	3.500.437	-	-	-	-	3.500.437
Outras contas a receber (Nota 10)	-	406.621	354	-	-	406.975
	5.145.093	406.621	354	-	-	5.552.068
Passivo						
Diferimentos (Nota 11)	-	-	-	1.204.914	-	(1.204.914)
Rendimentos e gastos						
Serviços prestados (Nota 13)	-	1.620.184	1.473	-	-	1.621.657
Fornecimentos e serviços externos (Nota 14)	(169)	-	-	(1.204.914)	(33.825)	(1.238.908)
Gastos com o pessoal (Nota 15)	(21.639)	-	-	-	-	(21.639)
Juros de depósitos a prazo (Nota 17)	4.219	-	-	-	-	4.219
	(17.589)	1.620.184	1.473	(1.204.914)	(33.825)	365.329

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não se registaram movimentos na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, nem nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não se registaram movimentos na quantia escriturada dos ativos intangíveis, nem nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Montantes expressos em euros)

9. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo desta rubrica correspondia a depósitos a prazo e apresentava a seguinte composição:

31-12-2017						
Entidade	Moeda	Maturidade	Taxa de juro	Montante nominal	Juros corridos	Montante total
BST	EUR	23 de janeiro de 2018	0,02%	1.000.000	191	1.000.191
BST	EUR	28 de junho de 2018	0,02%	1.500.000	155	1.500.155
BST	EUR	20 de julho de 2018	0,02%	1.000.000	91	1.000.091
				<u>3.500.000</u>	<u>437</u>	<u>3.500.437</u>

31-12-2016						
Entidade	Moeda	Maturidade	Taxa de juro	Montante nominal	Juros corridos	Montante total
BST	EUR	23 de janeiro de 2017	0,02%	1.000.000	191	1.000.191
BST	EUR	29 de junho de 2017	0,02%	1.500.000	155	1.500.155
BST	EUR	21 de julho de 2017	0,02%	1.000.000	91	1.000.091
				<u>3.500.000</u>	<u>437</u>	<u>3.500.437</u>

10. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica "Outras contas a receber" apresentava a seguinte composição:

	31-12-2017	31-12-2016
Comissões de gestão (4º trimestre)		
Fundo de Pensões BST	433.388	406.621
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	382	354
	<u>433.770</u>	<u>406.975</u>

11. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica "Diferimentos" apresentava a seguinte composição:

	31-12-2017	31-12-2016
<u>Passivo:</u>		
Credores por acréscimos de gastos:		
Comissão a pagar à Santander Asset Management:		
Comissão de gestão	1.224.170	1.171.003
Comissão adicional	35.936	33.911
Serviços obtidos e não faturados	34.069	10.045
Prémios a pagar	224.584	179.522
	<u>1.518.759</u>	<u>1.394.481</u>

Em 18 de dezembro de 2015 a Sociedade celebrou com a Santander Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (SAM) um contrato mediante o qual a Sociedade atribuiu à SAM um mandato para a gestão dos ativos dos fundos de pensões que se encontravam sob a sua gestão. Este contrato define uma remuneração anual a pagar

pela Sociedade como contrapartida dos serviços de gestão de ativos prestados pela SAM correspondente a 0,13% sobre o montante total médio de ativos no final de cada mês ("Comissão de gestão"), com início em janeiro de 2015.

Adicionalmente, conforme previsto no contrato celebrado com a SAM acima referido, para além das comissões de gestão acima referidas, a Sociedade passou a pagar à SAM uma remuneração anual adicional pelos serviços prestados equivalente às receitas brutas auferidas relativamente à gestão dos ativos dos fundos de pensões, deduzidas de todas as despesas suportadas relacionadas com essa atividade, bem como quaisquer taxas, impostos ou despesas impostas por obrigações regulatórias ou legais ("Comissão adicional").

Em 31 de dezembro de 2017 estavam por pagar a totalidade das "Comissões de gestão" e da "Comissão adicional" relativas ao exercício de 2017, as quais foram liquidadas em janeiro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Prémios a pagar" respeita aos prémios a pagar aos órgãos de administração da Sociedade pelo seu desempenho naqueles exercícios.

12. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social da Sociedade estava representado por 200.000 ações com um valor nominal de cinco euros cada, sendo detido na totalidade pelo Banco Santander S.A. e encontrava-se integralmente realizado.

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal, até que esta atinja 20% do capital social. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital social ou para cobertura de prejuízos da Sociedade, depois de esgotadas todas as outras reservas.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de março de 2018, foi proposto que o resultado líquido do exercício de 2017, no montante de 3.078 euros, fosse integralmente aplicado em resultados transitados.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de março de 2017, foi proposto que o resultado líquido do exercício de 2016, no montante de 340 euros, fosse integralmente aplicado em resultados transitados.

13. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Sociedade nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhado como se segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>Comissões de gestão:</u>		
Fundo de Pensões BST	1.699.425	1.620.184
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	1.478	1.473
	<u>1.700.903</u>	<u>1.621.657</u>

14. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhada como se segue:

	2017	2016
Prestação de serviços profissionais		
Gestão das carteiras dos fundos de pensões (Nota 11)	1.260.106	1.204.914
Contabilidade	31.600	33.825
Auditoria, consultoria e outros serviços	36.895	32.026
Outros trabalhos especializados	1.205	13.943
Outros	4.948	3.499
	<u>1.334.754</u>	<u>1.288.207</u>

Nos exercícios de 2017 e 2016, a rubrica "Prestação de serviços profissionais - Contabilidade" refere-se aos honorários incorridos com o Santander Tecnologia y Operaciones, AEIE um agrupamento de empresas do Grupo Santander) relativamente a serviços de contabilidade.

Revisor Oficial de Contas

Os honorários faturados e cobrados durante o exercício de 2017 e 2016 pelo Revisor Oficial de contas à Sociedade, de acordo com o disposto no art.º 66-A do Código das Sociedades Comerciais, detalham-se como se segue:

	2017	2016	
	Pricewaterhouse- Coopers, SROC, Lda	Pricewaterhouse- Coopers, SROC, Lda	Deloitte & Associados, SROC, SA
Revisão legal das contas anuais (i)	8.000	8.167	8.000
Outros Serviços de garantia de fiabilidade (i)		-	12.000
	<u>8.000</u>	<u>8.167</u>	<u>20.000</u>

(i) Valores faturados e cobrados sem IVA e sem despesas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Montantes expressos em euros)

Órgão de Fiscalização

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as remunerações dos membros do Conselho Fiscal podem ser resumidas como se segue:

31-12-2017		
Nome	Cargo	Remuneração Fixa
PKF & Associados, SROC, Lda., representada por Paulo Jorge Macedo Gamboa	Presidente	5.000
Rui Alexandre Estrelinha da Silva Glória	Vogal	3.000
Salomé Martins Ventura da Silva Oliveira	Vogal	5.000
José de Sousa Santos	Suplente	-
		<u>13.000</u>
31-12-2016		
Nome	Cargo	Remuneração Fixa
PKF & Associados, SROC, Lda., representada por Célia Maria Pedro Custódio	Presidente	2.500
Rui Alexandre Estrelinha da Silva Glória	Vogal	1.500
Salomé Martins Ventura da Silva Oliveira	Vogal	2.500
Paulo Jorge Macedo Gamboa	Suplente	-
		<u>6.500</u>

15. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhada como se segue:

	2017	2016
Remuneração dos órgãos sociais	123.648	134.797
Prémios e incentivos aos órgãos sociais	84.960	84.113
Encargos com os órgãos sociais	30.697	33.973
Outras gratificações	-	-
	<u>239.305</u>	<u>252.883</u>
Remuneração do pessoal	31.217	35.645
Prémios e incentivos ao pessoal	4.784	3.490
Encargos sobre as remunerações	6.696	8.484
Contribuições para o plano de contribuição definida	2.099	2.273
Seguros de acidentes de trabalho, doença e vida	42	44
Outros benefícios	3.605	4.503
	<u>48.443</u>	<u>54.439</u>
	<u>287.748</u>	<u>307.322</u>

A partir de janeiro de 2012 a Sociedade deixou de ter colaboradores vinculados à Sociedade, recorrendo a um colaborador cedido pelo BST.

Nos termos do Aviso 10/2011 do Banco de Portugal de 29 de dezembro, presta-se informação relativamente às remunerações auferidas em 2017 e 2016, pelos membros do Conselho de Administração:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Montantes expressos em euros)

	2017	2016
Remuneração fixa:		
Joaquim Calça e Pina	66.870	66.871
José Neves	56.791	56.789
	<u>123.662</u>	<u>123.660</u>
	Pecuniário (euros)	Ações (euros)
Remuneração variável:		
Atribuída e paga no ano		
Joaquim Calça e Pina	14.229	13.011
José Neves	14.400	13.517
	<u>28.629</u>	<u>26.528</u>
Atribuída em anos anteriores e paga no ano		
Joaquim Calça e Pina	8.248	8.424
José Neves	9.889	10.339
	<u>18.137</u>	<u>18.763</u>
	Pecuniário (euros)	Ações (nº acções)
Atribuída no ano a diferir por 3 anos		
Joaquim Calça e Pina	9.487	1.591
José Neves	9.600	1.610
	<u>19.087</u>	<u>3.201</u>
Atribuída em anos anteriores a diferir		
Joaquim Calça e Pina	7.316	1.568
José Neves	8.667	1.858
	<u>15.982</u>	<u>3.426</u>

16. OUTROS GASTOS

A rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhada como se segue:

	2017	2016
Outros gastos:		
Quotizações	8.050	7.825
Insuficiência de estimativa de imposto	22.258	1.774
Outros	-	77
	<u>30.308</u>	<u>9.676</u>

17. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e rendimentos similares obtidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são detalhados como se segue:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Montantes expressos em euros)

	2017	2016
Juros obtidos		
Depósitos a prazo (Nota 6.3)	710	4.219

18. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A tributação dos lucros das empresas para o ano de 2017 e 2016 é a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre o lucro tributável;
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro tributável; e
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:
 - Menor do que 1.500.000 euros 0%;
 - Entre 1.500.000 euros e 7.500.000 euros 3%;
 - Entre 7.500.000 euros e 35.000.000 euros 5%;
 - Maior do que 35.000.000 euros 7%.

De acordo com o artigo 63º do Código do IRC relativo às regras sobre preços de transferência, com a redação aplicável a partir de 1 de janeiro de 2002, nas operações comerciais, incluindo, designadamente, operações ou séries de operações sobre bens, direitos ou serviços, bem como nas operações financeiras efetuadas entre um sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais (Nota 6.3), devem ser contratados, aceites e praticados termos ou condições substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. O não cumprimento das regras de preços de transferência em questão nas operações efetuadas entre o sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais, poderá dar origem a correções para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham sido gerados prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade relativas aos exercícios de 2014 a 2017 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais.

No entanto, o Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

	31-12-2017		31-12-2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas				
Estimativa de imposto	-	45.725	-	11.795
Pagamentos por conta	4.779	-	10.407	-
	<u>4.779</u>	<u>45.725</u>	<u>10.407</u>	<u>11.795</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de IRC verificada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 pode ser demonstrada como se segue:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Montantes expressos em euros)

	2017		2016	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		48.803		12.135
Imposto apurado com base na taxa nominal	21,00%	10.249	21,00%	2.548
Ajustamentos ao lucro tributável	9,58%	4.674	10,61%	1.288
Derrama	2,18%	1.066	2,26%	274
Tributações autónomas	60,93%	29.736	63,33%	7.685
Taxa efetiva	93,69%	<u>45.725</u>	97,20%	<u>11.795</u>

19. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados básicos por ação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram determinados conforme se segue:

	2017	2016
Resultado líquido do exercício	3.078	340
Número médio ponderado de ações em circulação no exercício (Nota 12)	200.000	200.000
Resultados básicos por ação	<u>0,02</u>	<u>0,00</u>

Não é aplicável o conceito de resultados por ação diluídos uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, warrants ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

20. RESPONSABILIDADES EXTRAPATRIMONIAIS

	Valor patrimonial	
	31-12-2017	31-12-2016
<u>Fundos de pensões fechados:</u>		
Fundo de Pensões Banco Santander Totta, S.A. (BST)	996.786.010	932.464.553
<u>Fundos de pensões abertos:</u>		
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	751.095	694.745
	<u>997.537.105</u>	<u>933.159.298</u>

21. JUSTO VALOR E RISCOS FINANCEIROSJusto valor

No apuramento do justo valor dos ativos financeiros mantidos ao custo amortizado com referência a 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Sociedade considera que dada a sua natureza de curto prazo, o valor de balanço dos mesmos constitui uma boa aproximação do seu justo valor nessas datas.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros registados ao justo valor pode ser resumida como se segue:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Montantes expressos em euros)

	31-12-2017			Valor de balanço total
	Técnicas de valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Caixa e depósitos bancários (Nota 4)	1.791.716	-	-	1.791.716
Outros ativos financeiros (Nota 9)	3.500.437	-	-	3.500.437
	<u>5.292.153</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.292.153</u>

	31-12-2016			Valor de balanço total
	Técnicas de valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Caixa e depósitos bancários (Nota 4)	1.644.656	-	-	1.644.656
Outros ativos financeiros (Nota 9)	3.500.437	-	-	3.500.437
	<u>5.145.093</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.145.093</u>

O quadro acima agrupa os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor em três níveis, a saber:

- Nível 1: Instrumentos financeiros cujo justo valor é observável em mercado ativo (cotações).
- Nível 2: Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de *inputs* observáveis em mercado ativo.
- Nível 3: Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de técnicas internas de valorização de desconto de fluxos de caixa previsionais em que determinados *inputs* não correspondem a dados observáveis no mercado.

Risco de crédito

A Sociedade não se encontra significativamente exposta ao risco de crédito, uma vez que esta atividade não lhe é permitida. O risco de crédito é apenas aplicável às suas aplicações financeiras que correspondem, essencialmente, a depósitos à ordem e a prazo domiciliados no Banco Santander Totta, S.A. (Nota 4).

Risco de taxa de juro

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco de taxa de juro em virtude de não recorrer a *funding*.

Risco de liquidez

A Sociedade detém normalmente elevados níveis de liquidez. De facto, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas de "Caixa e depósitos bancários" e "Outros ativos financeiros" ascendiam a 5.292.153 euros (aproximadamente 92% do ativo líquido) e a 5.145.093 euros (aproximadamente 92% do ativo líquido), respetivamente. De referir ainda que a Sociedade aplica os seus excedentes de tesouraria em contas de depósitos à ordem e a prazo junto do Banco Santander Totta S.A.

Risco de mercado

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não tem exposição ao risco de mercado.



Risco cambial

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco cambial. De referir que os ativos da Sociedade correspondem, essencialmente, a depósitos à ordem, depósitos a prazo e contas a receber denominados em euros.

22. CONSOLIDAÇÃO

As contas da Sociedade relativas ao exercício de 2016 e 2017 são consolidadas pelo Banco Santander S.A. com sede em Boadilla del Monte, Avenida de Cantábria S/N – Ciudad Grupo Santander, a qual detém 100% do capital da Sociedade.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

À data de emissão destas demonstrações, não foram recebidas novas informações acerca de condições que existam à data do balanço e que dessem lugar a ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras.



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 5.730.702 euros e um total de capital próprio de 4.149.311 euros, incluindo um resultado líquido de 3.078 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras matérias

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 dos fundos de pensões (“Fundos”), por cuja gestão a Entidade era responsável àquela data, foram auditadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que oportunamente emitiu os respetivos Relatórios de Auditoria (“Relatórios”) sem reservas. Nas circunstâncias, salientamos que a nossa análise do potencial impacto para as demonstrações financeiras da Entidade de eventuais ocorrências ao nível dos Fundos, baseou-se nas informações obtidas do órgão de gestão da Entidade, na qualidade de sociedade gestora, do órgão de fiscalização e dos auditores dos Fundos, assim como na análise dos Relatórios por estes emitidos.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485*

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

27 de março de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:


Aurélio Adriano Rangel Amado, R.O.C.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



Senhores Acionistas da

Santander Pensões

Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.

1. Nos termos da Lei e em conformidade com o mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora por nós desenvolvida bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A. (Sociedade) relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.
2. No período em que estivemos em funções acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Sociedade, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis. Obtivemos do Conselho de Administração e dos diversos Serviços da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.
3. No âmbito das nossas funções, examinámos as demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2017, as quais compreendem o balanço, as demonstrações dos resultados, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa, bem como o respetivo anexo, que inclui as políticas contabilísticas, os critérios de reconhecimento e os juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas adotados.
4. Adicionalmente, procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2017 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluído.
5. Obtivemos ainda os relatórios existentes nesta data das Funções de cumprimento, gestão de risco e auditoria interna. Procedemos à leitura das atas do Conselho de Administração e da Assembleia Geral.

- 
6. Reunimos com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas - PricewaterhouseCoopers, SROC, Lda., da qual obtivemos todos os esclarecimentos necessários à compreensão das Demonstrações Financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2017, bem como do trabalho que foi desenvolvido. Analisámos o conteúdo da Certificação Legal das Contas, por si emitida nesta data, com a qual concordamos e damos aqui como integralmente reproduzida.
 7. Analisámos os Relatórios Adicionais ao Órgão de Fiscalização preparados pelo Revisor Oficial de Contas dos Fundos geridos pela Sociedade, os quais referem não terem sido identificados eventos ou condições no decurso do trabalho de auditoria que tenham suscitado dúvidas significativas quanto à capacidade dos Fundos prosseguirem as operações em continuidade nem foram identificadas deficiências significativas do sistema de controlo interno e/ou do sistema de contabilidade dos Fundos. Tomámos conhecimento das Certificações Legais das Contas dos Fundos, as quais não apresentam quaisquer reservas ou ênfases.
 8. Do trabalho desenvolvido gostaríamos de referir o facto das funções consideradas chave no sistema de governação (função de gestão de riscos, função de *compliance* e de auditoria interna) serem desenvolvidas por uma unidade organicamente integrada no Banco Santander Totta, que exerce funções com carácter transversal em todo o Grupo. É convicção do Conselho de Administração que a Sociedade está em pleno cumprimento do definido na NR n.º 8/2009-R.
 9. Face ao exposto, e tendo em consideração o trabalho realizado e as conclusões da Certificação Legal das Contas, somos de parecer que a Assembleia Geral:
 - a. Aprove o Relatório de Gestão relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017,
 - b. Aprove as Contas relativas a esse exercício, e
 - c. Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados obtidos nesse mesmo exercício.

10. Desejamos finalmente expressar o nosso reconhecimento ao Conselho de Administração, a todos os Colaboradores da Sociedade e ao Revisor Oficial de Contas, pela colaboração que nos foi prestada.

Lisboa, 27 de março de 2018

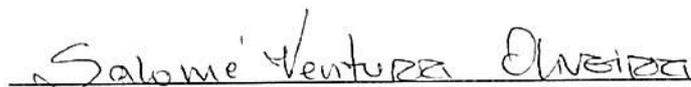
O Conselho Fiscal



Presidente:
PKF & Associados – SROC, Lda.
Representada por Paulo Gamboa



Rui Glória
Vogal



Salomé Oliveira
Vogal